

Do “dizer” ao “mentir”: os verbos *dicendi* no discurso da imprensa sobre o Poder Executivo entre 2019 e 2022

Del “decir” al “mentir”: los verbos *dicendi* en el discurso periodístico sobre el Poder Ejecutivo entre 2019 y 2022

From “saying” to “lying”: the *verba dicendi* in the press discourse on the Executive Power between 2019 and 2022



Maria Cleci Venturini¹

Ellen Taborda Ribas²

Resumo: Objetiva-se, neste espaço de dizer, analisar o discurso da imprensa sobre declarações do sujeito que ocupou a Presidência da República entre 2019 e 2022, com vistas a responder à questão: como a imprensa reportou essas falas e que efeitos de sentido foram produzidos? Mobiliza-se como base metodológica a Análise de Discurso de linha francesa para trabalhar com os verbos *dicendi* das matérias jornalísticas, apreendendo-se

¹ Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade de Passo Fundo (1980), Licenciatura em Letras Língua Espanhola e Suas Literaturas, pela Universidade de Passo Fundo (1998), Especialização em Literatura Brasileira (1987 - UPF - Passo Fundo - RS), Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa (PUC/MINAS), mestrado em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2008).

² Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná (1996), mestranda em Letras (UFPR)

mudanças no decorrer de quatro anos, à medida que os ataques à imprensa se intensificaram.

Palavras-chave: História. Memória. Discurso. Imprensa.

Resumen: El objetivo, en este espacio del decir, es analizar el discurso periodístico sobre declaraciones del sujeto que ocupó la Presidencia de la República entre 2019 y 2022, con miras a responder a la pregunta: ¿cómo informó la prensa estas líneas y qué efectos de sentido se produjeron? El Análisis del Discurso francés se moviliza como base metodológica para trabajar con los verbos *dicendi* de los artículos periodísticos, percibiendo cambios a lo largo de cuatro años, a medida que se intensifican los ataques a la prensa.

Palabras clave: Historia. Memoria. Discurso. Prensa.

Abstract: The objective, in this space of saying, is to analyze the press discourse on statements by the subject who occupied the Presidency of the Republic between 2019 and 2022, with the aim to answering the question: how did the press report these statements and what effects of meaning were produced? The French Discourse Analysis is mobilized as a methodological basis to work with the *verba dicendi* of journalistic articles, apprehending changes over the course of four years, as attacks on the press intensified.

Key-words: History. Memory. Discourse. Press.

Introdução

O discurso da imprensa sobre as declarações do sujeito que ocupou a Presidência da República entre os anos de 2019 e 2022 passou por alterações no decorrer dos quatro anos de governo. A mudança acompanhou o recrudescimento dos ataques do mandatário aos veículos de comunicação e aos jornalistas. O presente artigo tem como objetivo analisar algumas dessas alterações, tomando como base os dispositivos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (doravante AD), fundada por Michel Pêcheux, na França, relida e transformada por Eni Orlandi, no Brasil. A questão a ser respondida é: como a imprensa reportou as falas proferidas do lugar discursivo da Presidência da

República e que efeitos de sentido foram produzidos? A análise realizada está em consonância com o objetivo da pesquisa para Doutorado, em andamento, que pretende apreender o discurso da imprensa sobre as declarações pelas quais ressoam memórias provenientes de saberes fascistas e como esses sentidos foram atualizados e naturalizados por meio das publicações.

Buscamos destacar as transformações e o que se repete como memória decorrente de tomadas de posição da imprensa que resultam do gesto de interpretação ao relatar o discurso do mandatário. Para isso analisamos o emprego dos verbos *dicendi*, presentes em matérias jornalísticas para introduzir as falas dos sujeitos e marcar o discurso outro. O arquivo constitui-se de matérias jornalísticas de dois *sites* e de um telejornal, que relatam declarações do presidente entre os anos de 2019 e 2022. O *corpus* estrutura-se por sequências discursivas (SDs)³, destacando verbos *dicendi*, que instauram efeitos de sentido diferenciados, passando de uma suposta “neutralidade”, em relação ao “dizer”. Por essa tomada de posição, ressoa o “mentir” como uma possibilidade de interpretação, a qual depende da filiação ideológica e do horizonte de expectativa (KOSSELECK, 2006) do sujeito-leitor.

O texto divide-se em duas partes, iniciando com as condições de produção desse discurso, estabelecendo relação entre o governo federal e os veículos jornalísticos desde o início da imprensa periódica no País, em 1808. O objetivo é dar visibilidade à historicidade entendida como constitutiva do discurso e não como dados ligados a datas, considerando, também, a exterioridade. Na segunda parte, trazemos as SDs para proceder à análise. Procuramos destacar as transformações no emprego dos verbos *dicendi* e a produção de efeitos de sentidos instaurados pela paráfrase (a repetição) que produz a polissemia (o diferente)⁴ no decorrer dos quatro anos de governo.

O Executivo e a imprensa: uma relação conturbada

³ Sequências discursivas conforme definidas por Courtine (2009), como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (p. 55).

⁴ ORLANDI (2015).

Nesta seção, trazemos um pouco da historicidade dos embates travados e das alianças firmadas entre imprensa e poder. A historicidade faz parte das condições de produção de todo discurso. Essas condições são “as determinações que caracterizam um processo discursivo” e também “as características múltiplas de uma ‘situação concreta’ que conduz à ‘produção’ [...] da superfície linguística de um discurso empírico concreto” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 182, grifos dos autores).

As condições de produção incluem os sujeitos e a situação e podem ser consideradas em sentido estrito (as circunstâncias da enunciação) e amplo (a conjuntura sócio-histórica e ideológica). As duas modalidades não podem ser dissociadas, segundo Orlandi (2006, p. 15), pois “em toda situação de linguagem esses conceitos funcionam conjuntamente”.

Entendemos a historicidade não como cronologia, mas como constitutiva do discurso. Segundo Orlandi (1990, p. 35), a historicidade refere-se a práticas e organiza-se “tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos”. A temporalidade é interna e se dá “numa relação com a exterioridade tal como ela se inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele” (ORLANDI, 2007, p. 55). Fatos e eventos históricos reclamam sentidos e assim inscrevem-se na história a partir da língua, retornando como memória e significando discursivamente.

As condições de produção concorrem para a análise do discurso da imprensa sobre as falas enunciadas do lugar discursivo da Presidência da República entre os anos de 2019 e 2022, tendo em conta que o sujeito, mesmo tendo a ilusão de ser origem do dizer, repete o já-dito em discursos que circularam antes, em outros tempos e lugares (PÊCHEUX, 2014) e retornam no eixo da formulação, ainda segundo o mesmo autor, pelo encaixe e pela articulação ou como discurso transversal. Mobilizamos a noção de lugar discursivo (LD)⁵ definida por Daltoé (2011, p. 73), como “um espaço ‘sempre-já-lá’, atravessado por discursos dispersos”. Ao ocupar um lugar social, o sujeito enunciativo já é identificado por uma formação discursiva (FD), assumindo uma ou mais posições-

⁵ A noção de lugar discursivo foi também trabalhada, anteriormente, por Grigoletto (2005) e Dornelles (2005).

sujeito. A FD, segundo Pêcheux (2014, p. 147), é o que “determina ‘o que pode e deve ser dito’” (grifo do autor), de acordo com uma posição em uma dada conjuntura. O indivíduo é interpelado em sujeito do seu discurso por meio da sua inscrição em FDs. E, nesse funcionamento, o LD é um espaço ainda não afetado por uma FD específica, mas atravessado por vários discursos, vindos de posições-sujeito diversas de FDs diferentes.

A relação entre veículos jornalísticos e Poder Executivo no Brasil em diferentes momentos e com frequência passa por momentos de aliança e de tensão e isso ocorre desde o início da imprensa periódica no País, em 1808. O chamado “Quarto Poder”⁶ teve papel importante na ascensão e também na queda de presidentes e de regimes de governo.

Da campanha pela Independência do Brasil, em 1822, passando pela Proclamação da República e pela luta contra a escravidão, no final do século XIX, jornalistas e veículos de comunicação tomaram posição e influenciaram nos rumos do País. Com o fim da monarquia, em 1889, houve repressão do governo provisório contra órgãos de imprensa, com prisões e destruição de gráficas (ELEUTÉRIO, 2008).

A imprensa teve grande relevância durante o governo Getúlio Vargas, tanto no golpe que o levou ao poder, em 1930, quanto na crise que culminou no seu suicídio, em 1954. O dono de um dos maiores conglomerados de comunicação que o Brasil já teve, os *Diários Associados*, Assis Chateaubriand, se constituiu por posições diferenciadas com o Executivo, alternando momentos de apoio e de queda de braço com Vargas (LAURENZA, 2008).

Foi em períodos de exceção, como o Estado Novo, de Vargas (1937-45), e a ditadura militar (1964-85), que a tensão entre governo e imprensa mais recrudesciu.

⁶ O termo “Quarto Poder” foi cunhado, em 1828, por um deputado do parlamento britânico, Thomas Macaulay, ao afirmar que a galeria em que os repórteres se sentavam havia se tornado um quarto estado do reino. THOMAS Babington Macaulay. Oxford Reference, Oxford. Disponível em: <<https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780191826719.001.0001/q-oro-ed4-00006891>>. Acesso em: 30 ago. 2021

Expedientes como censura e empastelamento de veículos e prisão, tortura e assassinato de jornalistas foram comuns nessas épocas.

Com a redemocratização, em 1985, a imprensa ajudou a eleger e a derrubar presidentes, como Fernando Collor de Mello, que foi alçado à imagem de “caçador de marajás” pela grande imprensa⁷ e eleito em 1989. Esse presidente caiu após a divulgação de denúncias de corrupção, três anos depois, lembrando que a mesma imprensa que o elegeu também contribuiu para a sua queda.

Os episódios de atrito do Poder Executivo com a imprensa ganharam novos contornos com a posse de Jair Messias Bolsonaro. O discurso da Presidência da República sobre veículos de comunicação e jornalistas foi tema de dissertação de Mestrado (AUTOR 2, 2022), que teve como objetivo compreender o funcionamento do discurso do presidente da República sobre a imprensa nos anos 2019 e 2020, no Brasil. Na pesquisa, analisamos como foi construída a imagem da imprensa como inimiga, em um discurso maniqueísta, com a projeção de formações imaginárias dentro de uma concepção dual de mundo.

Identificamos quatro principais imagens da autoprojeção do presidente em seu discurso: a vítima, o messias, o “imbrochável” e o democrata. Contraditoriamente à esta última, apreendemos também a projeção do mandatário como autoritário. A imprensa é apresentada a partir destas três projeções: a inimiga, a mentirosa e a covarde (Ibidem, p. 80).

Além das falas, os ataques ocorriam nas práticas do governo, com medidas provisórias para afastar anunciantes dos jornais, retirada de verbas publicitárias, campanhas de difamação de jornalistas nas redes sociais. No “cercadinho”, espaço

⁷ Tomamos como definição de grande imprensa a formulada por LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. *Ebook Kindle*: “de forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (Ibidem, posição 2662). A autora ressalta, no entanto, que é uma expressão imprecisa, que adquire “significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada” (Ibidem, posição 2661).

gradeado ao ar livre em frente ao Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República, o chefe do Executivo era aplaudido por seus seguidores enquanto ameaçava e agredia verbalmente os repórteres.

Do “dizer” ao “mentir”: o caminho da “neutralidade” até a tomada de posição

Acabamos de abordar as condições de produção amplas e restritas em que o discurso da imprensa foi formulado e circulou nos anos de 2019 e 2020. Nesta seção, trazemos três sequências discursivas para análise, recortadas de reportagem veiculada do *Jornal da Globo* e de matérias publicadas em dois *sites* de notícias: o *UOL*, do grupo *Folha de S.Paulo*⁸, e o *GI*, do *Grupo Globo*. Todas foram produzidas entre os anos de 2019 e 2022. Observa-se que o discurso da imprensa foi mudando ao longo do governo, com o emprego de verbos *dicendi* mais categóricos para introduzir a fala do presidente.

Nos textos jornalísticos, os verbos *dicendi*, ou declarativos, são utilizados para introduzir ou finalizar as falas de entrevistados, tanto no discurso direto, quanto no indireto. Os manuais de redação de jornais, que ditam regras de estilo, conduta e ética, trazem orientações para o emprego desses verbos. O da *Folha de S.Paulo* preconiza que eles devem ser utilizados de maneira “neutra”:

[...] ao relatar declarações, evite o emprego de verbos modalizadores, que podem revelar julgamentos, opiniões ou pontos de vista do enunciador sobre o que escreve. Use verbos de conotação “neutra”, como afirmou, declarou, disse, perguntou, respondeu, exclamou, informou (de preferência, no passado). A escolha de um termo “não neutro” pode involuntariamente conferir caráter positivo ou negativo às declarações reproduzidas (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 154, grifos nossos).

⁸ Respeitamos a representação gráfica do nome adotada pelo próprio jornal, que não utiliza espaço entre S. e Paulo.

Segundo a AD, “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (ORLANDI, 2005, p. 9). A FD da imprensa comporta variadas posições-sujeito, que vão desde os jornais alternativos até a grande mídia, ligada aos interesses do poder econômico. O discurso da grande imprensa, como é o caso dos veículos que produziram as SDs analisadas neste artigo, funciona pelo “efeito de neutralidade” (FLORES, 2017, p. 127) e direciona os sentidos ao recortar a notícia sem considerar a historicidade do acontecimento, “como se tudo que interessa saber está ali reportado e, ao mesmo tempo, produz o efeito de verdade nesse discurso, que nada mais é que uma direção de sentidos”.

A prática jornalística, segundo Mariani (2001), é responsável por ler o presente e organizar o futuro, legitimando o passado, a memória dos fatos relatados. Como todo discurso, o da imprensa é um gesto de interpretação entre outros possíveis.

Ao orientar seus jornalistas a utilizar “verbos de conotação neutra”, a *Folha de S.Paulo* reforça os saberes da FD da imprensa, que traz os pressupostos de objetividade e imparcialidade, com foco na informação e no relato de fatos.

O jornalismo tem como regra básica ouvir “os dois lados”, cumprindo um ritual estratégico como forma de buscar a “objetividade” (TUCHMAN, 2016). Mello (2020) critica o que chama de “falsa equivalência”, quando, por exemplo, a imprensa dá o mesmo espaço para falas negacionistas e dados científicos. Assim, em uma democracia, abre-se espaço para o impensável, que, segundo Indursky (2020, p. 369), “estabelece os limites do dizer, determinando a fronteira entre o que pode ser dito e interditando o que não deve ser enunciado”.

A repercussão dessas falas negacionistas pela imprensa tem sido criticada, segundo Mello (2020), por dar a elas a aparência de legitimidade. “Nenhum veículo de imprensa encontrou uma abordagem que dê conta de informar sobre as ações desses governantes sem contribuir, ainda que involuntariamente, para as campanhas de manipulação da opinião pública que eles promovem” (Ibidem, p. 165).

Trazemos para análise a primeira SD, recortada de reportagem ao vivo no *Jornal da Globo*, em 2019:

SD 1 - “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”, **diz** Bolsonaro

[...] Nesse café da manhã com jornalistas estrangeiros o presidente Bolsonaro foi questionado sobre vários assuntos e um deles foi sobre desigualdade e pobreza no País. Bolsonaro **disse** então que não se passa fome aqui no Brasil, que isso é uma grande mentira. Depois, em evento do Ministério da Cidadania, ele **tentou se explicar melhor, disse** que o brasileiro come mal e que só alguns passam fome. Quando um jornalista perguntou se ele estava recuando, Bolsonaro se irritou e até **ameaçou** encerrar a entrevista⁹ (grifos em aspas do autor e em negrito nossos).

Na SD 1, o verbo “dizer” é mobilizado para relatar falas do presidente a respeito da fome no Brasil a jornalistas estrangeiros, em 2019. Relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que havia sido divulgado naquele ano, indicava que o País tinha 2,5% da população em situação de desnutrição – cerca de 5 milhões de brasileiros¹⁰. A negação da fome, tratada pelo chefe do Executivo como uma “grande mentira” é relatada com o verbo “dizer”, ao final do título que anuncia a matéria no site do *Jornal da Globo* (“diz”) e pelo repórter na entrada ao vivo no telejornal (“disse”). Esse é um dos verbos que o Manual da Redação (FOLHA DE S.PAULO, 2018) recomenda aos jornalistas para manter a “neutralidade”. Como já trouxemos anteriormente, a neutralidade é um efeito, e, ao reproduzir as declarações negacionistas do presidente, utilizando-se de verbos como o “dizer”, a imprensa acaba por produzir

⁹ Transcrição de reportagem exibida ao vivo no *Jornal da Globo*. BARROS, F. R. “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”, diz Bolsonaro, *Jornal da Globo*, São Paulo, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7779556/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

¹⁰ ZANINI, F. Apesar de menor, fome ainda afeta o Brasil, aponta órgão da ONU. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/apesar-de-menor-fome-ainda-afeta-o-brasil-aponta-orgao-da-onu.shtml>. Acesso em: 2 mar. 2023.

outros efeitos de sentidos, como o de naturalização dessas falas, dessensibilizando o público pela repetição.

Ainda na SD 1, o mandatário “tentou se explicar melhor”, ao dizer que “só alguns passam fome”. Aqui, o verbo “tentar” produz efeito de sentido de que o sujeito pode ou não ter conseguido se “explicar melhor”. Vale estabelecer diferenças entre “não se passa fome” e “os brasileiros comem mal e só alguns passam fome”. A contradição instaurada entre essas duas falas do presidente dá visibilidade ou à sua desinformação acerca do tema ou à tentativa de manipular os interlocutores. Já em “ameaçou encerrar a entrevista”, o verbo *dicendi* utilizado produz efeitos de sentido diferentes, dependendo da FD pela qual o sujeito é interpelado ideologicamente: de truculência, pelos saberes ligados à FD da imprensa, e de coragem, pela rede de memórias da FD patriarcal. Pode-se compreender uma terceira conclusão, qual seja: o sujeito que ocupa a posição de presidente não possui argumentos e, diante da impossibilidade de se retratar, ameaça encerrar a entrevista, retornando como memória o menino “dono da bola”, que termina o jogo quando perde.

A segunda SD é o recorte de um texto do *site UOL*:

SD 2 - Bolsonaro **minimiza** incêndios na Amazônia e Pantanal:
‘Críticas desproporcionais’

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) **falou** que existem “críticas desproporcionais” ao conversar com apoiadores sobre as queimadas no Pantanal e na Amazônia. Assim como fez no ano passado, o mandatário **citou** como exemplos os incêndios florestais em outros países e regiões. “(Existem) críticas desproporcionais à Amazônia e ao Pantanal. A Califórnia está ardendo em fogo, a África tem mais fogo que o Brasil”, **comparou** ao chegar no Palácio da Alvorada hoje. Sobre a causa dos incêndios, o presidente **repetiu o argumento** já utilizado de que o fogo

é gerado, principalmente, por causas naturais¹¹ (grifos em aspas do autor e em negrito nossos).

Na SD 2, da matéria publicada em 2020, o presidente “minimiza” incêndios florestais. Naquele ano, o número de focos de queimadas no Brasil subiu 12,73% com relação a 2019, segundo o Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Foram 222 mil focos no total, o maior número na década: 21 mil no Pantanal e 103 mil na Amazônia¹².

Ao utilizar o verbo “minimizar”, apreende-se uma mudança no discurso da imprensa, produzindo o efeito de sentido de que o problema das queimadas estaria sendo subestimado pelo presidente. “Falou” mantém a produção do efeito de sentido de neutralidade, de afastamento, atribuindo ao outro a responsabilidade pelo dizer. Enquanto “citou como exemplos”, “comparou” e “repetiu o argumento” ressoam o discurso acadêmico, conferindo efeito de sentido de verdade, como dizeres de uma autoridade no assunto. Com isso, o discurso se legitima, tendo em vista que os exemplos citados estão documentados e se inscrevem na história, que busca documentar/comprovar.

Já na SD 3, recortada de matéria publicada no *site G1*, do *Grupo Globo*, em 2021, apreende-se mudança mais significativa no emprego dos verbos *dicendi*:

SD 3 - Bolsonaro **mente** e diz a investidores em Dubai que Amazônia ‘não pega fogo’ e ‘ataques’ ‘não são justos’

O presidente Jair Bolsonaro **afirmou**, nesta segunda-feira (15), durante evento com investidores em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, que

¹¹ CALMON, E. Bolsonaro minimiza incêndios na Amazônia e Pantanal: ‘Críticas desproporcionais’. UOL. São Paulo, 16 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/09/16/bolsonaro-fala-em-criticas-desproporcionais-a-incendios-na-amazonia-e-pantanal.htm>. Acesso em: 28 ago. 2022.

¹² BRASIL registra mais de 200 mil focos de queimadas em 2020; número é o maior na década. G1, Rio de Janeiro, 2 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/01/02/brasil-registra-mais-de-200-mil-focos-de-queimadas-em-2020-numero-e-o-maior-na-decada.ghtml>. Acesso em: 2 mar. 2023.

“os ataques que o Brasil sofre em relação à Amazônia não são justos”. Bolsonaro convidou os investidores árabes a conhecerem a floresta. Ele **mentiu** ao dizer que, “por ser uma floresta úmida, não pega fogo”¹³ (grifos em aspas do autor e negritos nossos).

Ao utilizar o verbo “mentir”, o discurso da imprensa sobre as declarações do presidente marca uma tomada de posição, ao emitir julgamento sobre a fala do sujeito, ignorando as regras dos manuais de redação e estilo e, assim, abandonando o efeito de sentido de neutralidade. Ao mobilizar esse verbo torna-se visível o embate entre a imprensa e o presidente, sendo que esse efeito de sentido se sustenta em outros embates, sinalizando que os jornalistas se contraidentificam com as normas que regem as suas falas, colocando como uma de suas normas a isenção, o afastamento, a neutralidade, que segundo Pêcheux (2014) e Orlandi (2007) regem o discursivo, tendo em conta que os sentidos sempre podem ser outros e independem da intenção dos sujeitos.

Em trabalho anterior (AUTOR 2, 2022), analisamos a formações imaginárias presentes no discurso presidencial sobre a imprensa em 2019 e 2020. Mobilizamos essa noção a partir de Pêcheux (2019), como o lugar que os interlocutores do discurso “se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Ibidem, p. 39). As formações imaginárias são constituídas sócio e historicamente, pelas condições de existência dos sujeitos e pelos lugares sociais que estes ocupam e se reconhecem na formação social – por isso, não são universais e nem individuais e, sim, heterogêneas e sociais, resultando de modos de identificação, de reconhecimento. Os efeitos de sentidos e a relação entre os sujeitos são regulados pelas formações imaginárias (AUTOR 1; PETRI, 2019, p. 15).

Entre as formações imaginárias apreendidas no processo discursivo da Presidência da República, está a que o mandatário se autoprojeta como “messias”,

¹³ MAZUI, G., PINHEIRO, L. Bolsonaro mente e diz a investidores em Dubai que Amazônia ‘não pega fogo’ e ‘ataques’ ‘não são justos. **G1**, Rio de Janeiro, 15 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/15/bolsonaro-amazonia-dubai.ghtml>. Acesso em: 24 fev. 2023.

“portador da verdade”, e projeta a imprensa como “mentirosa” (AUTOR 2, 2022), como no seguinte recorte:

Da série **João 8:32**/O q leva parte da imprensa a **mentir**, deturpar, caluniar...enfim, atentar contra o Brasil 24h/dia? Abstinência de verba ou **medo da verdade**? -**Jeremias 1:19**/E pelejarão contra ti, mas não prevalecerão contra ti, porque **eu sou contigo**, para ti [sic] livrar, **diz o Senhor**¹⁴ (grifos nossos) (Ibidem, p. 93).

Na postagem feita no *Twitter*¹⁵, em 26 de fevereiro de 2020, o presidente acusa a imprensa de mentir. Ao utilizar-se dos saberes da FD religiosa, fazendo equivaler semanticamente a “Verdade” do texto bíblico com a “verdade”, ele se coloca como seu portador. Essa construção imaginária da “imprensa mentirosa” e do “messias portador da verdade” permeia o discurso emanado do LD da Presidência da República, e é nessas condições de produção que o sujeito toma posição e busca pautar o discurso em pretensas verdades, como sendo inerentes aos veículos de comunicação. A imprensa abandona o verbo “dizer” – que produz efeito de sentido de neutralidade, e adota o “mentir”, que instaura o embate e a resistência decorrente da contraidentificação.

Como todo discurso, “mentira” e “verdade” são conceitos opacos, construídos historicamente, pelas práticas sociais. Catroga (2020) mostra as mudanças históricas e conceituais do conceito de “mentira” e de sua relação com “verdade”. Segundo ele, teólogos cristãos, desde Santo Agostinho, viam a mentira como uma ação voluntária e consciente, distinguindo-a da “intenção” de quem fala. Catroga destaca três modos da “mentira deliberada”:

[...] por supressão, ao fazer-se acreditar que não existe algo que existe, ou algo que existe quando não existe; por adição ou adições, quando se faz acreditar que existem coisas irreais; ou ainda por deformação,

¹⁴ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1232791206662459392>. Acesso em: 10 jun. 2021.

¹⁵ PERGUNTAS frequentes de novos usuários. **TWITTER**. “O *Twitter* é um serviço por meio do qual amigos, familiares e colegas de trabalho podem se comunicar e se manter conectados, trocando mensagens rápidas e frequentes. As pessoas publicam *Tweets*, que podem conter fotos, vídeos, links e texto. Essas mensagens são publicadas em seu perfil e enviadas a seus seguidores, podendo ser encontradas por meio da busca do *Twitter*”. Disponível em: <https://help.twitter.com/pt/resources/new-user-faq>. Acesso em: 17 out. 2021.

quando se apresenta algo que existe de um modo falacioso, errático, deformado (Ibidem, p. 720).

Arendt (2016) diferencia a verdade racional da fatural. A primeira diz respeito a verdades matemáticas, científicas e filosóficas, enquanto a segunda tem relação com eventos e circunstâncias em que muitas outras pessoas estariam envolvidas, dependendo de testemunhas e de comprovação.

Um dos pré-construídos mobilizados pela FD da imprensa é o conceito de “verdade” ligado à noção da fatural, definida por Arendt, como abordamos acima. A Teoria do Espelho, por exemplo, retrata o jornalista como um agente que tem a “missão de ‘informar, procurar a verdade’, contar o que aconteceu, ‘doa a quem doer’” e ainda um “observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais” (TRAQUINA, 2005, p. 147, grifos do autor).

É esse pressuposto do jornalismo que o mandatário coloca em xeque ao acusar a imprensa de “mentirosa” e ao se colocar como portador da “verdade” equivalente à “Verdade” bíblica, e, portanto, inquestionável. E é nessa conjuntura que veículos mudam o tratamento recomendado em manuais de redação para reportar falas de entrevistados em seus artigos.

O discurso, segundo Pêcheux (2019, p. 39), é “‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (grifo do autor). Não se trata de transmitir informação entre esses pontos, que não representam indivíduos empíricos e sim “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (Ibidem, loc. cit.). Esses efeitos de sentidos dependem do lugar a partir do qual se posicionam esses interlocutores. Eles não são transparentes e são determinados de acordo com as posições-sujeito e as filiações ideológicas que atuam em dada conjuntura sócio-histórica. Ainda para Pêcheux, “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (2014, p. 146-147).

Portanto, para um sujeito interpelado por uma FD contrária à do chefe do Poder Executivo, o verbo “mentir”, na SD 3, produz o efeito de sentido de “mentira deliberada”

por supressão, um dos modos definidos por Catroga (2020), como vimos acima, fazendo “acreditar que não existe algo que existe” (Ibidem, p. 720): “Amazônia não pega fogo”; e por adição, ao se fazer “acreditar que existem coisas irreais” (Ibidem, loc. cit): “não pega fogo por ser uma floresta úmida”.

Entretanto, para o sujeito identificado pelas FDs que afetam o LD da Presidência da República entre 2019 e 2022, o efeito de sentido pode ser o reforço de que o jornal é de oposição e de que a imprensa que ele representa é mesmo “mentirosa”, como enuncia o ex-capitão do Exército.

Para efeito de conclusão

Nosso objetivo, neste artigo, foi o de analisar as mudanças no discurso da imprensa sobre as declarações do sujeito que ocupou a Presidência da República entre os anos de 2019 e 2022 e procurar apreender a produção de efeitos de sentido. Para isso, analisamos os verbos *dicendi*, ou declarativos, utilizados em matérias jornalísticas para introduzir as falas do entrevistado.

Primeiro, trouxemos um pouco da historicidade da relação entre imprensa e Poder Executivo no Brasil, com vistas a apreender as condições de produção desse discurso. Fatos e eventos históricos retornam como memória e significam discursivamente.

Em seguida, analisamos as SDs recortadas de matérias jornalísticas de dois *sites* e de um telejornal. Apreendemos mudanças no emprego dos verbos *dicendi* no discurso desses veículos, apontando para uma tomada de posição, à medida que os ataques do mandatário à imprensa recrudescem.

Os manuais de redação dos jornais orientam para a utilização de verbos de “conotação neutra”. Para a AD não existe neutralidade. É o efeito de neutralidade que funciona no discurso da grande mídia. Ao abandonar o “dizer” para adotar o “mentir”, a imprensa produz o efeito de sentido de julgamento sobre as declarações do mandatário.

Palavras e expressões mudam de sentido de acordo com a FD pela qual o sujeito é interpelado. Portanto, o efeito da utilização do verbo “mentir” é diferente para quem se identifica com as FDs que afetam o LD da Presidência da República no período analisado (de 2019 a 2022). Para esse sujeito, será reforçado o que emana do discurso presidencial: que a imprensa mente, enquanto o mandatário é o portador da verdade.

Conforme trouxemos anteriormente, com Mello (2020), a imprensa ainda não encontrou a fórmula de lidar com declarações negacionistas sem dar a elas ainda mais visibilidade e conferir legitimidade. E mais, ao dar cobertura a falas que provocam polêmica, deixa-se de noticiar como se deveria medidas que prejudicam as minorias e o meio ambiente, crises política e econômica e denúncias de corrupção contra o governo. Essa tática diversionista do mandatário pauta a mídia, tirando o foco de assuntos que incomodam.

Por isso, consideramos importante apreender o discurso jornalístico sobre as falas de sujeitos que ocupam espaços de poder, como a chefia do Executivo. E é esse exercício que procuramos fazer com este artigo e que pretendemos aprofundar em pesquisa de Doutorado.

Referências

ARENDET, H. Verdade e política. *In: Entre o passado e o futuro*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. p. 282–325.

CATROGA, F. O abscondito da mentira. *Revista de Estudos Literários*, Coimbra, v. 10, p. 711–728, 2020. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-847X_10_36.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EduFSCar, 2009.

DALTOÉ, A. da S. **As metáforas de Lula**: a deriva dos sentidos na língua política. 219 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem - Teorias do Texto e do Discurso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/61187>>. Acesso em: 11 maio 2021.

DORNELES, E. F. **A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados**. 262 p. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/5337>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. *Em*: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. Ebook Kindle.

FLORES, G. G. B. Neutralidade e silenciamento no discurso jornalístico. *In*: FLORES, G. G. B.; GALLO, S. M. L.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N. R. M.; PFEIFFER, C. C.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). **Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia - Volume 3**. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 117–130.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da Redação**: Folha de S.Paulo. 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

GRIGOLETTO, E. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar**. 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5322>. Acesso em: 11 maio. 2021.

INDURSKY, F. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 365–388, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1730. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1730>. Acesso em: 21 abr. 2022.

KOSELLECK, R. (1979). Espaço de experiência e horizonte de expectativas. *In*: KOSELLECK, R. (org.). **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006. p. 311-337.

LAURENZA, A. M. de A. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. *In*: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. Ebook Kindle.

LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In*: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. Ebook Kindle.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória. *In*: ORLANDI, E. (org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001. p. 31–42.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ORLANDI, E. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. Análise de Discurso. *In*: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (org.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006. p. 11–31.

ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **RUA**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 9–20, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso**. Campinas: Pontes, 2019.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163–252.

AUTOR 2. **A imprensa como inimiga: o discurso da Presidência da República em 2019 e 2020**. 141 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/79817>. Acesso em: 1 dez. 2022.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. *In*: **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 233–246.

AUTOR 1. C.; PETRI, V. Algumas reflexões sobre o trabalho de Michel Pêcheux: 50 anos após a publicação de AAD-69. *In*: GARCIA, D. A.; SOARES, A. S. F. (org.). **De 1969 a 2019: um percurso da/na Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 11–26.